

ANÁLISE DA GESTÃO MUNICIPAL *VERSUS* RANKING DOS MUNICÍPIOS MAIS RICOS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O CASO DO ESTADO DO MATO GROSSO

ANALYSIS OF MUNICIPAL MANAGEMENT *VERSUS* RANKING OF THE RICHEST MUNICIPALITIES IN AGRIBUSINESS IN BRAZIL: THE CASE OF THE STATE OF MATO GROSSO

Ivanete de Almeida Roma

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

E-mail: ivanete.roma@unemat.br

Ananias Francisco dos Santos

Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

E-mail: ananias.santos@unemat.br

Wander Bosco Souza do Prado

Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Email: prado@unemat.br

Claiton Pazzini Goulart

Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

E-mail: claiton.pazzini@unemat.br

Lucia Maria Parapinski

Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

E-mail: lucia.parapinski@unemat.br

Recebido em 8 de março de 2023
Aprovado em 24 de setembro de 2023

RESUMO

Uma gestão municipal de qualidade é elemento importante e facilitador para o bom desempenho das empresas do agronegócio estabelecido nessas cidades e, como consequência, amenizam as disparidades socioeconômicas e promovendo o desenvolvimento das regiões, em especial, no Estado do Mato Grosso. A presente pesquisa objetivou verificar a relação da gestão dos municípios do Estado do Mato Grosso com os seus respectivos posicionamentos no *ranking* dos mais ricos do agronegócio divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2022. Para isso, foram utilizados catorze indicadores extraídos das demonstrações contábeis disponíveis no portal de transparência dos municípios para, em seguida, aplicar a técnica de análise das componentes principais, com o objetivo de selecionar os mais relevantes para a elaboração do *ranking* de gestão dos municípios do Estado do Mato Grosso. Por fim, os resultados obtidos foram comparados com os respectivos posicionamentos dos municípios com *ranking* divulgado pelo MAPA. O resultado mostrou que não há relação entre a gestão municipal com base nos índices contábeis e a riqueza gerada pelos municípios mato-grossense. Todos os municípios obtiveram colocações diferentes quando comparados os resultados. Estes achados da pesquisa foram importantes para a compreensão e

aprofundamento deste tema, uma vez que proporcionou informações relevantes para desenvolvimento de futuros trabalhos, tendo ficado em seus escritos, um legado esclarecedor sobre o desempenho da gestão municipal e a relação com as empresas do agronegócio, nesse caso, o Estado do Mato Grosso.

Palavras-chave: Gestão Municipal; Agronegócio; MAPA; Mato Grosso.

ABSTRACT

A quality municipal management is an important and facilitating element for the good performance of the agribusiness companies established in these cities and, as a consequence, alleviate socioeconomic disparities and promote the development of the regions, especially in the State of Mato Grosso. This research aimed to verify the relationship between the management of municipalities in the State of Mato Grosso and their respective positions in the ranking of the richest in agribusiness published by the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA) in 2022. For this, fourteen indicators were used, extracted from the financial statements available on the municipalities transparency portal, and then apply the principal component analysis technique, with the objective of selecting the most relevant ones for the elaboration of the management ranking of the State of Mato Grosso. Finally, the results obtained were compared with the respective rankings of the municipalities published by MAPA. The result showed that there is no relationship between municipal management based on accounting indexes and the wealth generated by municipalities in Mato Grosso. All municipalities obtained different placements when comparing the results. These research findings were important for the understanding and deepening of this theme, since it provided relevant information for the development of future works, having remained in his writings, an enlightening legacy about the performance of municipal management and the relationship with agribusiness companies, in this case, the State of Mato Grosso.

Keywords: Municipal Management; Agribusiness; MAPA; Mato Grosso.

1 INTRODUÇÃO

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. O agronegócio é a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2022).

O agronegócio brasileiro se desenvolve conjugando a produção, agregando valor, meio ambiente, responsabilidade social e ação política. Segundo o MAPA (2022) o agronegócio é o principal responsável pelo saldo positivo da balança comercial de exportação e contribui com a geração de expressivo percentual de empregos no País, com destaque para o Estado do Mato Grosso.

Moura (2022) afirma que a cada ano o Estado do Mato Grosso ganha mais destaque na produção nacional agrícola. Em quatro anos, o Estado apresentou

crescimento de 69% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), segundo dados do Governo Federal. Em 2018, quando alcançou o 1º lugar brasileiro, obteve VBP de R\$ 114,5 bilhões, no ano seguinte chegou a R\$ 124,1 bi, em 2020 alcançou a marca de R\$ 175 bi e fechou 2021 com R\$ 193 bi. Atualmente o Estado detém mais de 17% da produção agrícola nacional, seguido pelo Paraná na 2ª posição, São Paulo aparece na 3ª colocação, Minas Gerais em 4º lugar e o Rio Grande do Sul em 5º, no *ranking*.

Segundo ainda o MAPA (2022), o Estado do Mato Grosso tem 35 dos 100 municípios mais ricos do agronegócio no Brasil. Com destaque para a agropecuária com participação importante no PIB do Estado, estimada em 21,36%. Seis municípios despontam em produção agropecuária. São eles Sorriso, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino, Nova Uiratã e Nova Mutum. Os municípios do Estado com melhor desempenho na área acumulam R\$17 bilhões sobre o valor de produção brasileira. Este número equivale a 30% da produção estadual, cerca de 15% da registrada no Centro-Oeste e aproximadamente 5% da produção nacional.

Dessa forma, percebe-se então, que cabe aos gestores destes municípios administrar de forma consistentes e responsáveis gerenciando os recursos disponíveis da cidade para garantir o funcionamento dos serviços essenciais, bem como, implantar medidas que trarão melhorias para a sociedade e para as empresas localizadas nos seus territórios, mantendo uma estrutura mínima para melhorar e manter os seus posicionamentos como os municípios mais ricos do Brasil.

Além disso, devem criar políticas públicas voltadas para a agricultura visando desenvolver, promover e expandir meios necessários para o crescimento do agronegócio, como, por exemplo, uma boa logística de escoamento dos produtos e a diminuição da carga tributária municipal.

Bosch (2022) complementa afirmando que são vários os desafios que o agronegócio enfrenta atualmente, só para ilustrar, o cenário de restrição de terras, limitação de insumos, como água, fertilizantes e substâncias químicas, as mudanças climáticas agressivas que impacta toda a lógica de operação agrícola.

Por meio da análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é possível conhecer o desempenho da gestão municipal verificando como exemplo, o planejamento baseado no controle das receitas e despesas projetadas para longo prazo contribuem na condução de ações e resoluções futuras.

Por sua vez, o MAPA (2022) realizou um levantamento sobre os 100 municípios mais ricos do agronegócio no Brasil, tendo o Estado do Mato Grosso se destacando com 35 municípios dos 100 que constam na lista. Esse levantamento é com base nos dados de 2020, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram

feitas classificações pelo valor da produção das lavouras permanentes e temporárias e pelo Produto Interno Bruto dos municípios.

Diante dos fatos relatados, questiona-se: há relação entre a gestão dos municípios mato-grossense com os seus respectivos posicionamentos no *ranking* dos mais ricos do agronegócio divulgado em 2022 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?

Para responder a esta pergunta, a pesquisa objetivou verificar a relação da gestão municipal dos municípios do Estado do Mato Grosso com os respectivos posicionamentos no *ranking* dos mais ricos do agronegócio divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2022.

Este estudo se justifica por evidenciar a relação entre a gestão municipal, por meio dos indicadores extraídos das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, dos 35 municípios mato-grossense mais ricos, publicada pelo MAPA cujo resultado obtido servirá referência para a realização de futuras pesquisas.

Pretende-se ainda, gerar contribuição científica e experiência com informações que sirvam de subsídios para a real demanda do tema, cada vez mais importante no Brasil e no mundo, necessárias para as gestões municipais e nas organizações empresariais do agronegócio.

Por fim, espera-se que a pesquisa possa auxiliar para o aprendizado e incentivar a participação dos docentes e discentes da área e demais interessados, agregando conhecimento junto com outros trabalhos de diferentes autores, na tentativa de atender as necessidades da sociedade em geral, em especial a do agronegócio, elevando a qualidade da informação científica sobre os temas produzidos no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Características da gestão no setor público

As organizações bem administradas são importantes devido ao impacto sobre a qualidade de vida das pessoas como indivíduos e da sociedade. Administradores competentes são recursos sociais importantes. A predominância das organizações e sua importância para a sociedade moderna, bem como a necessidade de administradores competentes, justificam e fundamentam o estudo da administração (MAXIMIANO e NOHARA, 2017).

Todavia, Nascimento (2020) afirma que a gestão é a prática que deve ser aprimorada para o alcance de determinados fins: no caso do setor público, a gestão existe para reduzir a pobreza (por meio da redistribuição tributária), para melhorar a

educação, para aumentar a competitividade da economia, para elevar a conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura etc.

Em geral, essas são algumas das principais demandas de uma sociedade, e todo o aperfeiçoamento da gestão do setor público, em especial as dos municípios brasileiros, deve ser orientado estrategicamente para o atendimento desses objetivos, ou seja, do desenvolvimento econômico e social.

Nas opiniões de Maximiano e Nohara (2017), a administração pública em sentido amplo, subjetivamente, compreende tanto os órgãos governamentais, aos quais compete planejar, dirigir e comandar, como também os órgãos administrativos, subordinados, dependentes, que devem executar os planos governamentais. Porém, em sentido estrito, subjetivamente, compreende apenas os órgãos administrativos. São esses órgãos governamentais que executam e realizam os principais atos de gestão e na qual se materializam as ações da administração pública no Brasil no campo das finanças públicas.

Portanto, os financiamentos desses atos de gestão merecem uma consideração especial, porque as características sociais e institucionais dos municípios brasileiros – notadamente, falta de acumulação de capital – complicam e limitam a tarefa da política orçamentária. Tais características têm sido, em simultâneo, causa e efeito do baixo nível de desenvolvimento econômico. Assim, o setor público municipal tem importante papel a ocupar com relação a todos os ingredientes do desenvolvimento, efetivando sua participação, sobretudo, por meio das funções alocativa e estabilizadora e colocando em prática ações que complementem a economia de mercado (OLIVEIRA, 2015).

O modelo de gestão pública municipal no setor financeiro, econômico e orçamentário é composta por planos de governo que consideram a aprovação dos programas setoriais e dos programas anuais do governo, que envolvem os projetos (ampliação ou aperfeiçoamento de serviços) e atividades (manutenção dos serviços existentes) aprovados no orçamento público.

Para Bezerra Filho (2013) orçamento público é ferramenta legal de planejamento do Ente Federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais.

Por sua vez, Andrade (2016) reforça afirmando que o orçamento público é um importante instrumento de planejamento que o Estado possui para estimular a origem e o montante dos recursos a serem arrecadados, gastos e aplicados, necessários para manutenção de suas atividades e projetos.

Mota (2005) explica que o orçamento público é que autoriza o governo a receber e gastar os recursos públicos e estes devem ser destinados à satisfação das necessidades coletivas e ao custeio da administração do próprio município.

Martinelli (2015) relata que o orçamento público deve ser elaborado anualmente por todas as esferas governamentais. Em seu estudo destaca que o orçamento deve seguir por base o Plano Plurianual (PPA) sendo feito para um período de quatro anos e que contém diretrizes, objetivos e metas da administração, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que contém as metas e prioridades da administração e que serve como base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que por sua vez é elaborada para o período de um ano e contém as receitas a serem arrecadadas e a fixação das despesas.

Ademais, destaca-se a importância no setor público das demonstrações contábeis devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhe foram confiados.

2.2 As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são elaboradas a partir da escrituração de atos e fatos próprios da administração pública, estruturados e padronizados nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, atendendo aspectos legais, regulamentares e normativos (KOHAMA, 2016).

Arruda e Paixão (2020) destacam que são reproduções organizadas dos acontecimentos de natureza patrimonial e, são capazes de evidenciar o desempenho da entidade, sendo as responsáveis pela transparência do ente público e da divulgação das informações geradas por meio da contabilidade.

Por outro lado, as instituições públicas municipais são obrigadas a publicar, prestando contas à população, as seguintes demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações do Patrimônio (MCASP, 2018).

Outrossim, a Resolução CFC nº 1.133/08 aprovou a NBC T 16.6, que estabeleceu as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do Setor Público. Essas demonstrações são: balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido (incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13); notas explicativas (incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2018) define o balanço patrimonial como a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e

quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Além disso, o Art. 105 da Lei nº 4.320/64 determina que o Balanço Patrimonial demonstrará: o Ativo Financeiro; o Ativo Permanente; o Passivo Financeiro; o Passivo Permanente; o Saldo Patrimonial; e, as Contas de Compensação.

O ativo financeiro compreende os créditos e valores realizáveis e os valores numerários; o Ativo Permanente representa os bens, créditos e valores, da qual alienação ou mobilização dependa da autorização legislativa; o Passivo Financeiro caracteriza as dívidas fundadas e outros pagamentos; Passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate; no Saldo patrimonial e Contas de Compensação serão registrados os bens, valores e obrigações, que possam a vir a afetar o patrimônio (KOHAMA, 2016).

Outra demonstração contábil que deverá ser publicada pelas instituições públicas é o Balanço Orçamentário, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas. O resultado do exercício será obtido estabelecendo-se as diferenças para mais ou para menos, ou seja, a soma dos excessos e a das insuficiências, que resultam em um superavit ou em um déficit na execução do orçamento (PISCITELLI, 2019).

Para Andrade (2016), o Balanço Orçamentário tem como principal objetivo descrever os elementos do orçamento público, nas normas em que o mesmo foi aprovado pelo Poder Legislativo, bem como, registrar a execução do orçamento e as alterações orçamentárias ocorridas no mesmo exercício, e por fim, expor a posição final dos valores atingidos quando encerrado o exercício, assim, fazendo a comparação com as previsões iniciais do orçamento.

Outrossim, a Demonstração das Variações Patrimoniais demonstra as variações quantitativas, qualitativas e o resultado patrimonial decorrente da execução orçamentaria. As variações quantitativas são aquelas que aumentam ou diminuem o patrimônio da entidade e as qualitativas não alteram o patrimônio líquido, apenas modificam a composição dos elementos patrimoniais. Pelo confronto das variações quantitativas aumentativas e diminutivas é que se apura o resultado patrimonial do período (ARRUDA e ARAÚJO, 2009).

A MCASP (2018) afirma que a Demonstração das Variações Patrimoniais é responsável por apresentar as mutações no patrimônio do ente público provenientes da execução orçamentaria, sendo responsável por informar o resultado patrimonial do exercício, resultante da diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Apesar de ser parecida com a Demonstração do Resultado

do Exercício (DRE), não demonstrara o desempenho, mas sim, as modificações dos componentes patrimoniais, resultante do serviço público oferecido.

2.3 Análises das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público

A análise das Demonstrações Contábeis, intitulada por alguns estudiosos também como Análise de Balanços é a arte de saber extrair informações uteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso (IUDÍCIBUS, 2017).

Marion (2019) compartilha do mesmo pensamento e acrescenta que através das informações contábeis obtidas pode-se conhecer a posição econômico-financeira atual, a razão que gerou a evolução ao longo dos períodos e as tendências futuras. O pesquisador alerta ainda que a qualidade da informação obtida dependerá da exatidão dos lançamentos contábeis e do atendimento aos Princípios contábeis.

Além disso, análise das demonstrações contábeis propicia aos gestores tomar decisões seguras, pois a organização do patrimônio em contas, grupos de contas e mensuração de cada uma delas é que propicia ao gestor visualizar de forma sistemática os bens, os direitos e as obrigações da instituição que dirige. É válido reforçar que essa segurança é baseada na premissa de que as informações divulgadas estão em conformidade com o exigido (PEREIRA e TEDDO, 2013).

Para Souza (2015) um sistema de indicadores adequadamente definido, funciona como um instrumento de racionalização e modernização da gestão. Ele delimita o campo observável da ação a ser desenvolvida, facilitando a identificação dos objetivos e metas a serem perseguidas por uma organização ou área governamental; propicia a concentração de esforços e, conseqüentemente os meios para alcançá-los.

No setor público, Kohama (2016) afirma que analisar é proceder a uma investigação dos fatos com base nos dados que são apresentados nas quatro peças que fazem parte do conjunto dos denominados Balanços Públicos: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. O autor cita ainda, os principais indicadores que são extraídos para fins de análise patrimonial, financeira e orçamentária, conforme evidenciados nos quadros seguintes. O Quadro 1 traz informações sobre os índices extraídos do Balanço Orçamentário.

Quadro 1 – Indicadores extraídos do Balanço Orçamentário

Indicador	Fórmula	Interpretação
Equilíbrio Orçamentário(EqO)	$EqO = \frac{Despesa\ Fixada}{Receita\ Prevista}$	<p>Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a despesa fixada foi igual a receita prevista; se for maior que 1, a despesa fixada foi maior que a receita prevista, o que configurará no aumento do orçamento através dos Créditos Adicionais; e se for menor que 1, a despesa fixada foi menor que a receita prevista. Esta última situação dificilmente correrá por causa do equilíbrio orçamentário.</p>

Execução da Receita(ER)	$ER = \frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}}$	Caso o resultado for maior que 1, a receita executada foi maior que a receita prevista, o que configura excesso de arrecadação; e se for menor que 1, a receita executada foi menor que a receita prevista, configurando em falta de arrecadação relacionada a previsão.
Execução da Despesa(ED)	$ED = \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Prevista}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a despesa executada foi igual a despesa fixada; se for maior que 1, a despesa executada foi maior que a despesa fixada, o que configurara utilização de dotação orçamentária sem autorização legal e isto não poderá ocorrer; e se for menor que 1, a despesa executada foi menor que a despesa fixada, configurando em economia orçamentaria, situação na qual não foi utilizada toda a despesa que foi autorizada legalmente.

Fonte: Kohama (2016)

São quatro o total de indicadores extraídos do Balanço Orçamentário das instituições públicas. No geral, os indicadores orçamentários são medidos a serem acompanhadas para identificar se o planejamento orçamentário está sendo atingido, principalmente, quanto a performance obtida concorda com o projetado. A seguir, o Quadro 2 traz informações sobre os indicadores extraídos do Balanço Financeiro.

Quadro 2 – Indicadores do Balanço Financeiro

Indicador	Fórmula	Interpretação
Resultado Orçamentário (RO)	$RO = \frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita realizada foi igual à despesa executada; se for maior que 1, a receita realizada foi maior que a despesa executada, o que configurara a existência de superávit orçamentário de execução e se for menor que 1, a receita realizada foi menor que a despesa executada, configurando em déficit orçamentário de execução.
Execução Orçamentária (EO)	$EO = \frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita orçamentária foi igual à despesa orçamentária, se for maior que 1, a recita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária, configurando um superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira, e se for menor que 1, a receita orçamentaria foi menor que a despesa orçamentária, configurando um déficit orçamentário na execução e movimentação financeira
Financeiro Real da Execução Orçamentária (FREO)	$FREO = \frac{\text{Receita Orçamentária Recebida}}{\text{Despesa Orçamentária Paga.}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a recita orçamentaria foi igual a despesa orçamentária menos os restos a pagar inscritos somados com o Serviço da Dívida a pagar; se for maior que 1, a receita orçamentaria foi maior que a despesa orçamentária menos os restos a pagar inscritos somados com o Serviço da Dívida a pagar, configurando um superávit orçamentário na execução orçamentaria e financeira, e se for menos que 1, a receita orçamentaria foi menor que a despesa orçamentária menos os restos a pagar inscritos somados com o Serviço da Dívida a pagar, configurando em déficit na execução orçamentária e financeira.

Execução Orçamentária Corrente (EOC)	$EOC = \frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita corrente recebida no exercício foi igual à despesa corrente realizada no exercício; se for maior que 1, a receita corrente recebida foi maior no exercício que a despesa corrente realizada no exercício, configurando um superávit corrente; e se for menor que 1, a receita corrente recebida foi menor no exercício que a despesa corrente realizada no exercício, configurando em possíveis operações de crédito (empréstimos) ou em provável redução do patrimônio. Este último caso é considerado como Execução Orçamentária Corrente Negativa.
Execução Orçamentária de Capital (EOCap):	$EOCap = \frac{\text{Receita Capital}}{\text{Despesa Capital}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita de capital recebida no exercício foi igual à despesa de capital realizada no exercício; se for maior que 1, a receita de capital recebida foi maior no exercício que a despesa de capital realizada no exercício, configurando um superávit de capital com a diminuição do patrimônio ou operação de crédito (empréstimo) legalmente autorizada; e se for menor que 1, a receita de capital recebida foi menor no exercício que a despesa de capital realizada no exercício, configurando déficit de capital
Execução extra orçamentária (EEO)	$EEO = \frac{\text{Receita Extra Orçamentária}}{\text{Despesa Extra Orçamentária}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita extra orçamentária foi igual à despesa extra orçamentária; se for maior que 1, a receita extra orçamentária foi maior que a despesa extra orçamentária, configurando que os recebimentos extra orçamentários foram superiores aos pagamentos também extra orçamentários; e se for menor que 1, a receita extra orçamentária foi menor que a despesa extra orçamentária, configurando que os recebimentos extra orçamentários foram inferiores aos pagamentos também Extraorçamentários
Resultado da Execução Financeira (REF)	$REF = \frac{RO+REO}{DO+DEO}$	É obtido da relação entre a soma das receitas orçamentárias e extraorçamentárias e a soma das despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita total é igual à despesa total; se for maior que 1, a receita total é maior que a despesa total, configurando em um superávit financeiro; e se for menor que 1, a receita total é menor que a despesa total, configurando o déficit financeiro
Resultado dos saldos financeiros (RSF)	$RSF = \frac{\text{Saldo que Passa para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a receita total é igual à despesa total; se for maior que 1, a receita total é maior que a despesa total, configurando em um superávit financeiro; e se for menor que 1, a receita total é menor que a despesa total, configurando o déficit financeiro.

Fonte: Kohama (2016)

São sete o total de indicadores extraídos do balanço financeiro das instituições públicas. Um dos estudos mais importantes da administração pública é realizado por meio desses indicadores. Assaf Neto (2012) afirmou que a análise financeira desperta interesse tanto para os administradores internos da entidade como para os diversos segmentos de análise externa. Estes indicadores demonstram aspectos financeiros relacionados às necessidades e à utilização dos recursos pelos municípios, com a observação apresentada por Matias & Campello (2000), segundo a qual a natureza e a estruturada captação e da aplicação são essenciais nessa definição. A seguir, o Quadro 3 traz informações os indicadores extraídos do balanço patrimonial público.

Quadro 3 – Indicadores do Balanço Patrimonial

Indicador	Fórmula	Interpretação
Situação Financeira (SF)	$SF = \frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o Ativo Financeiro é igual ao Passivo Financeiro; se for maior que 1, o Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro, configurando em superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, pois há um excesso de recursos financeiros (disponibilidades mais direitos realizáveis sobre as obrigações de curto prazo); e se for menor que 1, o Ativo Financeiro é menor que o Passivo Financeiro, configurando em déficit financeiro apurado no balanço patrimonial, já que a soma das disponibilidades e os direitos realizáveis não são suficientes para pagar as obrigações de curto prazo.
Situação Permanente (SP)	$SP = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que o Ativo Permanente é igual ao Passivo Permanente; se for maior que 1, o Ativo Permanente é maior que o Passivo Permanente, configurando em superávit na parte permanente do balanço patrimonial, pois a soma dos bens, créditos e valores de caráter permanente é maior que a soma das dívidas fundadas; e se for menor que 1, o Ativo Permanente é menor que o Passivo Permanente, configurando em déficit na parte permanente do balanço patrimonial, já que a soma das disponibilidades e os direitos realizáveis não são suficientes para pagar as obrigações de longo prazo.
Resultado Patrimonial (RPatr)	$RPatr = \frac{\text{Soma do Ativo Real}}{\text{Soma do Passivo Real}}$	Caso o resultado seja igual a 1, demonstra que a soma do Ativo Real é igual à soma do Passivo Real; se for maior que 1, a soma do Ativo Real é maior que a soma do Passivo Real, há então um superávit patrimonial; e se for menor que 1, a soma do Ativo Real é menor que a soma do Passivo Real, há então um déficit patrimonial.

Fonte: Kohama (2016)

São três os indicadores que foram extraídos para fins da presente pesquisa. São índices que representam fenômenos temporais permitindo a identificação, observação e a análise de cenários, além de monitorar as ações do governo e avaliar os impactos de uma política pública (ANDRADE, 2016).

2.4 Análises das componentes principais (ACP)

Em 1901, Pearson foi o pioneiro no desenvolvimento da Análise das Componentes Principais (ACP). Ele descreveu que o grupo de componentes ou Combinações Lineares (CL) era gerado de um conjunto de variáveis originais, possuindo variâncias mínimas não explicadas. As combinações lineares geram um plano, no qual o ajuste da nuvem de pontos será em consequência o melhor, em função de ser mínima a soma das distâncias de cada ponto ao plano.

Já em 1933 esta teoria foi reformulada por Hotteling, o qual considerou “n” variáveis obtidas de uma população de estudantes representados por notas obtidas. Neste teste, foi avaliado a habilidade dos alunos ao responderem os problemas, dentre outras variáveis. Neste sentido, foi possível identificar quais variáveis exerciam uma maior influência sobre as outras, sendo este o principal objetivo de Hotteling, o qual determinou de Análise das Componentes Principais (LOPES, 2001).

Segundo Landim (2000) a análise das componentes principais nada mais é que o cálculo dos autovalores e correspondentes autovetores de uma matriz de variâncias – covariâncias ou de uma matriz de coeficientes de correlação entre variáveis. Quando as variáveis, devido a escalas diferentes de mensurações empregadas, não podem ser diretamente comparadas, torna-se necessários preliminarmente a padronização, de modo que as variáveis transformadas passem a ter média zero e variâncias unitárias, o que é conseguido pela transformação “z”. Nesses casos, com variáveis padronizadas, a matriz de variâncias – covariâncias e a de coeficiente de correlação tornam-se idênticas.

A principal finalidade da aplicação da análise de componentes é verificar se todas as variáveis contribuem para explicar o sistema. O seu objetivo principal é obter um pequeno número de combinações lineares (componentes principais) de um conjunto de variáveis, que retenham o máximo possível da informação contida nas variáveis originais. Frequentemente, um pequeno número de componentes pode ser usado, em lugar das variáveis originais, nas análises de regressões, análises de agrupamentos etc.

Na opinião de Loesch e Hoeltgebum (2005) a Análise das Componentes Principais é a técnica de representação de objetos (casos e variáveis numéricas) da tabela de dados projetados em um subespaço de menor dimensionalidade, para fins de simplificação. Este subespaço é determinado por vetores denominados direções principais. O subespaço é determinado de forma a fornecer a máxima inércia explicada pela nuvem de pontos nele projetada.

Segundo Ramos (2004) o método de análise de componente principal trata-se de tabelas que cruzam indivíduos e variáveis numéricas. Este método é utilizado quando se trata do processamento de várias variáveis reais. A análise fatorial de correspondência trata-se de tabelas de frequência e estuda a correspondência de duas variáveis categóricas e, análise fatorial de correspondências múltiplas trata-se de tabelas de variáveis qualitativas codificadas, é utilizada quando se trata do processamento de várias variáveis categóricas. É a mais antiga metodologia de análise de dados multivariada, sendo originalmente descrita por Pearson, em 1901. Esta análise tem como objetivo identificar primeiro a função que melhor discrimina os objetos e em seguida, derivar a função ortogonal ou perpendicular desta primeira função. Ou seja, primeiro identifica-se a dimensão que melhor distingue os objetos, em seguida, à função ortogonal a ela; não estando ainda os objetos perfeitamente discriminados, um novo componente discriminador será buscado, e assim por diante (JOHNSON, 1992).

Na opinião de Aitchison (1986), a análise de componente principal nada mais é que o cálculo dos autovalores e correspondentes autovetores de uma matriz de variâncias-covariâncias ou de uma matriz de coeficientes de correlação entre variáveis. Quando as variáveis não podem ser diretamente comparadas, torna-se necessário preliminarmente a padronização, de modo que as variáveis transformadas passem a ter

média zero e variância unitária. Nestes casos, de variáveis padronizadas, as matrizes de variâncias-covariâncias e de coeficientes de correlação tornam-se idênticas.

3 Método de pesquisa

A presente pesquisa classifica-se como aplicada, qualitativa, descritiva, e um estudo de caso. A população da pesquisa está composta por todos os municípios do Estado do Mato Grosso que estão posicionados no *Ranking* dos 100 mais ricos do agronegócio no Brasil divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2022, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – População da Pesquisa extraídos da lista dos municípios mais ricos do Estado do Mato Grosso

Posição no Ranking	Municípios	Valor da Produção em 2020 (Mil Reais)
1ª Posição	Sorriso/MT	R\$ 5.348.140.000,00
3ª Posição	Sapezal/MT	R\$ 4.282.425.000,00
4ª Posição	Campo Novo do Parecis/MT	R\$ 3.790.603.000,00
6ª Posição	Nova Ubiratã/MT	R\$ 3.472.259.000,00
10ª Posição	Nova Mutum/MT	R\$ 3.223.527.000,00
11ª Posição	Diamantino/MT	R\$ 2.842.426.000,00
12ª Posição	Campo Verde/MT	R\$ 2.710.088.000,00
15ª Posição	Primavera do Leste/MT	R\$ 2.371.863.000,00
17ª Posição	Lucas do Rio Verde/MT	R\$ 2.356.930.000,00
18ª Posição	Querência/MT	R\$ 2.167.520.000,00
21ª Posição	Campos de Júlio/MT	R\$ 1.927.454.000,00
23ª Posição	Ipiranga do Norte/T	R\$ 1.846.990.000,00
24ª Posição	Brasnorte/MT	R\$ 1.736.063.000,00
31ª Posição	Porto dos Gaúchos/MT	R\$ 1.582.910.000,00
33ª Posição	Tapurah/MT	R\$ 1.549.618.000,00
34ª Posição	Paranatinga/MT	R\$ 1.515.215.000,00
37ª Posição	Canarana/MT	R\$ 1.471.822.000,00
38ª Posição	São Félix do Araguaia/MT	R\$ 1.448.771.000,00
43ª Posição	Santa Rita do Trivelato/MT	R\$ 1.266.829.000,00
47ª Posição	Itiquira/MT	R\$ 1.193.745.000,00
50ª Posição	Sinop/MT	R\$ 1.150.490.000,00
51ª Posição	Gaúcha do Norte/MT	R\$ 1.145.495.000,00
52ª Posição	Tabaporã/MT	R\$ 1.137.545.000,00
55ª Posição	Nova Maringá/MT	R\$ 1.121.088.000,00
56ª Posição	Santo Antonio do Leste/MT	R\$ 1.115.246.000,00
60ª Posição	Vera/MT	R\$ 1.055.312.000,00
63ª Posição	São José do Rio Claro/MT	R\$ 1.030.006.000,00
67ª Posição	Feliz Natal/MT	R\$ 953.111.000,00
74ª Posição	Tangará da Serra/MT	R\$ 871.300.000,00
78ª Posição	Água Boa/MT	R\$ 828.565.000,00
80ª Posição	Santa Carmen/MT	R\$ 806.546.000,00
89ª Posição	São José do Xingu/MT	R\$ 749.611.000,00
93ª Posição	Novo São Joaquim/MT	R\$ 724.427.000,00
97ª Posição	Bom Jesus do Araguaia/MT	R\$ 702.966.000,00
100ª Posição	Cláudia/MT	R\$ 682.072.000,00

Fonte: Adaptado da lista dos 100 municípios mais ricos do Brasil do MAPA (2022)

Dessa população, utilizou-se uma amostra de 19 municípios, que representaram 55,8% do total, em razão da disponibilidade das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público nos portais de transparências das respectivas prefeituras. Além disso, considerou-se àqueles que foi possível extrair das suas demonstrações, os indicadores necessários para a análise. A Figura 2 traz os nomes dos municípios que fazem parte da amostra com as suas respectivas posições com base no critério adotado pelo MAPA.

Figura 2 – Amostra da Pesquisa

Posição Ranking	no	Municípios	Valor da Produção em 2020 (Mil Reais)
1ª Posição		Sorriso/MT	R\$ 5.348.140.000,00
2ª Posição		Sapezal/MT	R\$ 4.282.425.000,00
3ª Posição		Campo Novo do Parecis/MT	R\$ 3.790.603.000,00
4ª Posição		Nova Mutum/MT	R\$ 3.223.527.000,00
5ª Posição		Diamantino/MT	R\$ 2.842.426.000,00
6ª Posição		Campo Verde/MT	R\$ 2.710.088.000,00
7ª Posição		Primavera do Leste/MT	R\$ 2.371.863.000,00
8ª Posição		Lucas do Rio Verde/MT	R\$ 2.356.930.000,00
9ª Posição		Querência/MT	R\$ 2.167.520.000,00
10ª Posição		Campos de Júlio/MT	R\$ 1.927.454.000,00
11ª Posição		Brasnorte/MT	R\$ 1.736.063.000,00
12ª Posição		Porto dos Gaúchos/MT	R\$ 1.582.910.000,00
13ª Posição		Canarana/MT	R\$ 1.471.822.000,00
14ª Posição		Itiquira/MT	R\$ 1.193.745.000,00
15ª Posição		Sinop/MT	R\$ 1.150.490.000,00
16ª Posição		Gaúcha do Norte/MT	R\$ 1.145.495.000,00
17ª Posição		Nova Maringá/MT	R\$ 1.121.088.000,00
18ª Posição		Feliz Natal/MT	R\$ 953.111.000,00
19ª Posição		Água Boa/MT	R\$ 828.565.000,00

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Para compor a amostra da pesquisa adotou-se como critério de escolha, os municípios que disponibilizaram nos respectivos portais de transparência as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público necessárias para a realização da análise, a saber: balanço patrimonial, balanço financeiro e a balanço orçamentário.

Nesse caso, foram selecionados 19 municípios dos 35 que constam entre os mais ricos do agronegócio, segundo o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2022.

Os dados necessários para a realização dessa pesquisa foram extraídos das demonstrações e relatórios contábeis dos municípios que fazem parte da amostra referente ao exercício financeiro de 2020, sendo obtidos do portal de transparência nos sites das prefeituras. Em seguida, foram extraídos os indicadores contábeis aplicados ao setor público gerando informações sobre o desempenho da gestão municipal na área orçamentária, financeira e patrimonial Sendo assim, os dados das demonstrações contábeis foram interpretados de acordo com as categorias mencionadas e com os conceitos abordados no referencial teórico que auxiliou a pesquisa.

Inicialmente, os indicadores extraídos das demonstrações contábeis foram analisados por meio da ACP através do *software* Past 4.0. Em seguida, se calculou a média, desvio padrão, coeficiente variação e os indicadores contábeis mais relevantes em relação total usados na pesquisa. Por fim, com base nos indicadores principais conforme os critérios adotados pelos pesquisadores, elaborou-se o *ranking* do desempenho da gestão municipal.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a realização da análise dos dados obtidos, inicialmente calcularam-se os 14 índices, sendo 4 (quatro) orçamentário, 7 (sete) financeiro e 3 (três) patrimonial, todos extraídos das demonstrações contábeis dos 19 municípios que participaram da amostra no período de 2020. A escolha desse período ocorreu por ter os municípios publicados às suas demonstrações contábeis nos seus respectivos portais de transparências de maneira completa, sendo possível dessa forma, extrair os valores dos indicadores. Na Tabela 1, encontram-se os valores dos indicadores do Balanço Orçamentário dos municípios do Mato Grosso.

Tabela 1 - Indicadores do Balanço Orçamentário dos Municípios do Mato Grosso em 2020

Município	<i>EEqO</i>	<i>ER</i>	<i>ED</i>	<i>RO</i>
Sorriso/MT	1,025	2,711	0,918	1,000
Sapezal/MT	1,148	1,187	1,449	1,055
Campo Novo do Parecis/MT	1,498	1,340	0,948	1,095
Nova Mutum/MT	1,281	0,960	0,948	1,203
Diamantino/MT	1,056	1,034	0,025	1,244
Campo Verde/MT	1,643	1,380	0,899	1,261
Primavera do Leste/MT	1,053	1,062	0,833	1,162
Lucas do Rio Verde/MT	1,307	1,287	0,800	1,068
Querência/MT	0,988	1,003	0,990	1,075
Campos de Júlio/MT	0,923	1,057	0,838	1,337
Brasnorte/MT	1,788	1,531	0,919	1,033
Porto dos Gaúchos/MT	0,934	1,934	1,549	1,162
Canarana/MT	1,415	0,598	0,841	1,031
Itiquira/MT	1,002	0,676	0,675	1,051
Sinop/MT	1,003	0,786	0,876	1,215
Gaúcha do Norte/MT	1,853	1,772	0,962	1,206
Nova Maringá/MT	1,189	1,214	0,931	1,056
Feliz Natal/MT	1,000	0,801	0,042	0,828
Água Boa/MT	1,759	1,569	0,979	0,192

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados (2023)

Os resultados evidenciados mostram que no índice de Equilíbrio Orçamentário (*EqO*), os municípios de Querência, Campos de Júlio e Porto dos Gaúchos não previram uma economia de recursos visto que os resultados ficaram abaixo de 1, ou seja, mostraram que a despesa fixada foi menor que à receita prevista. Os demais municípios obtiveram resultados positivos por obterem índices maiores que 1,0. Na prática, pode se configurar aumento do orçamento através dos Créditos Adicionais. Há exceção diz respeito ao Município de Feliz Natal/MT que obteve o índice igual a 1,0. Portanto, demonstra que a despesa fixada foi igual à receita prevista.

Por sua vez, no indicador de Execução da Receita (*ER*) observa-se que os municípios de Nova Mutum, Canarana, Itiquira, Sinop e Feliz Natal tiveram os resultados menores que 1,0. Dessa forma, as receitas executadas foram menores que as previstas, representando insuficiência na arrecadação no exercício financeiro.

Ainda, com relação aos resultados da Tabela 1, percebe-se que apenas os municípios de Sapezal e Porto dos Gaúchos apresentaram os seus respectivos índices de Execução da Despesa (*ED*) maiores que 1,0 demonstrando que as despesas fixadas foram menores que as executadas, indicando a utilização de dotação orçamentária sem a previsão orçamentária.

Dessa forma, é possível verificar que a maioria dos municípios indicou superavit no índice do Resultado Orçamentário (*RO*), ou seja, o total das receitas realizadas maior do que o total das despesas executadas. Percebe-se ainda, que o município de Sorriso apresentou no período analisado um equilíbrio orçamentário, neste caso, a receita realizada é igual à despesa executada.

Por fim, os municípios de Feliz Natal e Água Boa foram os únicos a apresentarem índices menores que 1,0. Nesse caso, percebe-se que houve déficit já que o total de receitas realizadas é menor que o total das despesas executadas. Na Tabela 2 estão apresentados os resultados dos sete indicadores extraídos do balanço financeiro dos municípios no exercício de 2020.

Tabela 2 - Indicadores extraídos do Balanço Financeiro 2020

Município	EO	FREO	EOC	EOCap	EEO	REF	RSF
Sorriso/MT	1,031	1,105	1,231	0,291	1,591	1,100	1,751
Sapezal/MT	1,051	1,220	1,410	0,110	1,450	1,111	1,532
Campo Novo do Parecis/MT	1,095	1,330	1,342	0,072	1,459	1,162	1,180
Nova Mutum/MT	1,203	1,440	1,388	0,225	1,512	1,249	1,679
Diamantino/MT	1,245	1,257	1,343	0,309	1,043	1,213	1,193
Campo Verde/MT	1,277	1,365	1,377	0,253	1,008	1,268	1,904
Primavera do Leste/MT	1,271	1,277	1,295	0,228	0,577	1,154	1,327
Lucas do Rio Verde/MT	1,066	1,283	1,176	0,414	1,354	1,137	1,938
Querência/MT	1,070	1,098	1,110	1,807	1,975	1,074	1,435
Campos de Júlio/MT	1,323	1,501	1,481	0,465	1,397	1,346	1,286
Brasnorte/MT	1,035	1,120	1,172	0,216	0,306	1,038	1,321
Porto dos Gaúchos/MT	1,168	1,189	1,259	0,306	0,921	1,132	1,760
Canarana/MT	1,032	1,058	1,133	0,457	0,990	1,037	1,272
Itiquira/MT	1,051	1,147	1,258	0,101	1,036	1,053	1,159
Sinop/MT	1,238	1,326	1,274	0,758	1,338	1,245	1,193
Gaúcha do Norte/MT	1,200	1,215	1,437	0,104	1,104	1,201	1,528
Nova Maringá/MT	1,052	1,104	1,175	0,317	0,982	1,040	1,284
Feliz Natal/MT	1,286	0,783	1,086	0,765	0,897	0,285	0,978
Água Boa/MT	1,191	,3052	0,242	0,006	0,109	0,199	0,455

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados (2023)

Em relação ao índice de Execução Orçamentária (*EO*), percebe-se que todos os municípios indicaram que a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária, mostrando dessa forma, um superavit orçamentário na execução da movimentação financeira. Quanto ao índice Financeiro Real de Execução Orçamentária (*FREO*),

apenas o município de Feliz Natal não obteve o resultado considerado bom, visto que, a receita arrecadada foi menor que a receita orçamentária paga, indicando que parte das despesas foi paga com recursos oriundos de receita extra orçamentária.

Além disso, percebe-se que apenas o município de Água Boa não obteve um índice de Execução Orçamentária Corrente (*EOC*) considerado normal, ou seja, igual a 1,0. Nesse caso, a diferença entre a receita corrente da Despesa Corrente representa um déficit corrente. Por sua vez, o município de Querência foi o único que apresentou o índice de Execução Orçamentária de Capital (*EOCap*) maior que 1,0 caracterizando dessa forma, um superavit de capital.

Quanto ao índice de Execução Extra Orçamentária (*EEO*), a maioria dos municípios obteve resultados maiores que 1,0 indicando aumento da dívida flutuante. Nesse caso, recomenda-se ao gestor municipal verificar se ocorreu diminuição dos recursos financeiros disponíveis na conta caixa/bancos, averiguando as causas e as justificativas, pois pode estar se caracterizando o pagamento de despesas orçamentárias com recursos oriundos dos recursos financeiros disponíveis.

Outrossim, apenas os municípios de Feliz Natal e Água Boa não conseguiram obter o índice do Resultado de Execução Financeira (*REF*) positivo, ou seja, maior que 1,0. Nesse caso, o resultado mostra que o total das despesas foi maior que os da receita orçamentárias e extraorçamentária, respectivamente. Por fim, percebe-se que a maioria dos municípios apresentou superavit financeiro, ou seja, um aumento do saldo disponível em relação ao exercício anterior. Apenas os municípios de Brasnorte, Feliz Natal e Água Boa não conseguiram os mesmos resultados, indicando que houve movimentação financeira de origem extraorçamentária. Na Tabela 3 estão apresentados os resultados dos indicadores extraídos do balanço patrimonial dos municípios no exercício de 2020.

Tabela 3 - Indicadores extraídos do Balanço Patrimonial 2020

Município	SF	SP	RPatr
Sorriso/MT	1,115	1,003	0,705
Sapezal/MT	2,728	1,499	3,095
Campo N. Parecis/MT	2,038	1,086	1,181
Nova Mutum/MT	2,640	3,776	5,071
Diamantino/MT	1,950	3,262	5,067
Campo Verde/MT	1,060	1,950	1,250
Primavera Leste/MT	3,576	1,048	0,940
Lucas Rio Verde/MT	2,182	4,232	1,238
Querência/MT	0,798	0,629	0,425
Campos de Júlio/MT	2,703	3,418	9,314
Brasnorte/MT	0,591	0,718	0,517
Porto dos Gaúchos/MT	3,672	3,802	6,200
Canarana/MT	0,353	0,228	0,425
Itiquira/MT	0,234	0,395	0,796
Sinop/MT	2,995	3,135	6,538
Gaúcha do Norte/MT	2,136	3,387	5,282
Nova Maringá/MT	2,877	3,141	9,941
Feliz Natal/MT	0,398	0,776	0,378
Água Boa/MT	0,299	0,953	0,441

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados (2023)

No primeiro indicador, índice da Situação Financeira (*SF*), percebe-se que os municípios de Querência, Brasnorte, Canarana, Itiquira, Feliz Natal e Água Boa apresentaram um ativo financeiro menor que o passivo financeiro, obtendo-se um déficit financeiro. Por sua vez, os demais indicaram superavit financeiro, com exceção do município de Campo Verde, que apresentou o índice igual a 1,0.

Além disso, no índice de Situação Patrimonial (*SP*) os mesmos municípios apresentaram índices menores que 1,0 caracterizando-se com um saldo patrimonial negativo, ou seja, as dívidas do ente superam a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo. Esta situação, passivo real descoberto, requer uma avaliação detida sobre as causas e justificativas.

Por fim, a maioria dos municípios apresentou índices do Resultado Patrimonial (*RP*) maiores que 1,0. Dessa forma, o resultado mostra que a soma do ativo real é maior que a do passivo real, tendo-se um superavit patrimonial, representando que a soma dos bens e direitos é superior à soma das obrigações mais as dívidas fundadas.

Na aplicação da técnica estatística da Análise das Componentes Principais (ACP) foi utilizado um software livre para análises de dados científicos chamado de Past, o qual permitiu verificar o grau de importância de cada indicador, demonstrando a quantidade necessária de variáveis (indicadores) que contribuem para explicar o desempenho da gestão econômica, financeira e orçamentária dos municípios do Mato Grosso.

Dessa forma, consiste em transformar um conjunto de variáveis originais em outro de mesma dimensão denominadas de componentes principais, sendo associada à ideia de redução de massa de dados, com menor perda possível da informação. Nessa pesquisa, a ACP permitiu visualizar a posição das variáveis diante dos casos estudados, cujos resultados demonstrou a qualidade das informações dos índices extraídos das demonstrações contábeis dos municípios do exercício financeiro de 2020.

A Tabela 4 contém ainda, o cálculo da média dos indicadores contábeis usados na pesquisa para medir a tendência central numa distribuição estatística e o desvio padrão para medir a dispersão, ou seja, o quanto o conjunto de dados é uniforme. Acrescenta-se o coeficiente de variação que representa o desvio padrão expresso como uma porcentagem média, sendo uma medida relativa de variabilidade e independente da unidade de medida utilizada.

Por meio da ACP se identificou as variáveis mais importantes evidenciadas nos eixos 1, 2 e 3 com base nos critérios propostos por Marozini, Olinquevich e Hein (2006) que desprezaram, na pesquisa realizada por ambos, as variáveis com autovalores menores ou iguais a 0,70. Como consequência, diversas variáveis foram descartadas por não satisfazerem as condições determinadas para este estudo. Nesse caso, apenas três variáveis foram selecionadas por concordar com os critérios utilizados, quais sejam: o Resultado Patrimonial (0.869015) no Eixo 1, o Resultado Orçamentário (0.781024) no Eixo 2 e o índice de Equilíbrio Orçamentário (0.83187) no Eixo 3.

Tabela 4 - Coordenadas de Todas as Variáveis

Indicadores	Média	Desvio padrão	Coefficiente Variação	Eigenvalue	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
EqO	1,265789	0,303559	23,98178	8,010641	-0.022196	-0,057711	0.83187
ER	1,262632	0,498151	39,45334	1,252991	-0.001398	0.104372	-0.18361
ED	0,862632	0,355728	41,23758	0,534897	0.014893	0.115271	-0.05873
RO	1,076842	0,245878	22,83327	0,441751	0.038365	0.781024	0.11361
EO	1,153158	0,105412	9,141162	0,271496	0.009167	0.023553	0.17789
FREO	1,309474	0,450586	34,40968	0,172928	-0.014924	-0.023743	0.01854
EOC	1,216316	0,262621	21,59139	0,104124	0.036630	0.113325	-0.18261
EOCap	0,398947	0,395978	99,25578	0,068727	-0.022494	-0.67510	0.34975
EEO	1,114737	0,440938	39,55534	0,055015	0.027005	0.11306	-0.60511
REF	1,055789	0,302165	28,61979	0,038419	0.045956	0.23757	-0.05641
RSF	1,324211	0,431976	32,62142	0,027042	0.113360	0.55467	0.08765
SF	1,832105	1,148862	62,70721	0,007518	0.237351	0.58245	0.15802
SP	2,026842	1,373131	67,74732	0,000582	0.388732	-0.47868	-0.47868
RPatr	2,514211	2,518179	100,1578	9,31538E	0.869015	0.14541	0.23735

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados (2023)

A criação do *ranking* dos municípios com base nos indicadores obtidos por meio da ACP, foram realizados em três etapas, conforme descrito a seguir:

1ª Etapa – Foram atribuídos escores 5 e 10 com base nas médias obtidas pelos municípios nos três indicadores citados anteriormente, conforme evidenciados na Tabela 4. As médias dos indicadores foram os seguintes: EqO (1,265789); RO (1,076842); e, RPatr (2,514211). Nesse caso, foi convencionado que os municípios que obtiveram os valores dos indicadores acima da média receberão um escore maior (10). Em contrapartida, àqueles municípios que obtiveram os valores dos índices menores que a média, receberão um escore menor (5);

2ª Etapa – Para o critério de desempate entre os municípios, foi convencionado que o índice que obteve maior valor no Eixo 1, Resultado Patrimonial (0.869015), servirá de referência para pontuação com intervalos entre 1 e 19 pontos, conforme os valores dos indicadores obtidos pelos municípios.

3ª Etapa – Para a obtenção do *ranking* da gestão financeira, patrimonial e orçamentária dos municípios com base nas demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2020, foram somados ambas as pontuações, conforme o resultado evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 - Ranking dos Municípios com base na gestão financeira, patrimonial e orçamentária

Municípios	Equilíbrio Orçamentário		Resultado Orçamentário		Resultado Patrimonial		Escore/Classificação				
	Índice	Escore	Índice	Escore	Índice	Escore	Parcial	RPatr	Total	Posição	MAP A
Gaúcha Norte/MT	1,853	10	1,20	10	5,282	10	30	15	45	1º	16º
Nova Mutum/MT	1,281	10	1,20	10	5,071	10	30	14	44	2º	4º
Campos Júlio/MT	0,923	5	1,33	10	9,314	10	25	18	43	3º	10º
Sinop/MT	1,003	5	1,21	10	6,538	10	25	17	42	4º	15º
Porto Gaúchos/MT	0,934	5	1,16	10	6,200	10	25	16	41	5º	12º
Nova Maringá/MT	1,189	5	1,05	5	9,941	10	20	19	39	6º	17º
Diamantino/MT	1,056	5	1,24	10	5,067	10	25	13	38	7º	5º
Campo Verde/MT	1,643	10	1,26	10	1,250	5	25	11	36	8º	6º
Campo N. P./MT	1,498	10	1,09	10	1,181	5	25	9	34	9º	3º
Sapezal/MT	1,148	5	1,05	5	3,095	10	20	12	32	10º	2º
Lucas Rio Verde/MT	1,307	10	1,06	5	1,238	5	20	10	30	11º	8º
Primavera Leste/MT	1,053	5	1,16	10	0,940	5	20	8	28	12º	7º
Brasnorte/MT	1,788	10	1,03	5	0,517	5	20	5	25	13º	11º
Canarana/MT	1,415	10	1,03	5	0,425	5	20	3	23	14º	13º
Água Boa/MT	1,759	10	0,19	5	0,441	5	20	4	24	15º	19º
Itiquira/MT	1,002	5	1,05	5	0,796	5	15	7	22	16º	14º
Sorriso/MT	1,025	5	1,00	5	0,705	5	15	6	21	17º	1º
Querência/MT	0,988	5	1,07	5	0,423	5	15	2	17	18º	9º
Feliz Natal/MT	1,000	5	0,82	5	0,378	5	15	1	16	19º	18º

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados (2023)

Os resultados evidenciados na Tabela 5 mostram que há relação em ambos os *rankings* como, por exemplo, Nova Mutum, Diamantino, Campo Verde, Brasnorte, Canarana, Itiquira e Feliz Natal que tem posicionamentos próximos. O município que mais gerou riqueza no agronegócio no Brasil, Sorriso, ficou em 17º lugar no desempenho da gestão municipal. Em contrapartida, O município de Gaúcha do Norte que ocupa o 1º lugar na gestão municipal aparece em 16º lugar no *ranking* estadual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial dos municípios mato-grossense que compôs a amostra dos municípios mais ricos do agronegócio brasileiro referente ao exercício 2020, sob a ótica da análise dos Balanços Públicos proposto por Kohama (2016).

Esta pesquisa, propôs como objetivo, analisar se a gestão municipal tem relação com os respectivos posicionamentos no *ranking* dos municípios mais ricos do agronegócio divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2022. Para o objetivo proposto, adotou-se como parâmetro a criação de um *ranking* da gestão municipal da amostra da pesquisa, levando em consideração os três indicadores contábeis selecionados pela Análise dos Componentes Principais. Como resultado, percebe-se que na maioria dos municípios não há relação entre a gestão dos municípios e as riquezas geradas pelos mesmos como, por exemplo, Gaúcha do Norte, Campos de Júlio, Sinop, Porto do Gaúchos, Nova Maringá, Campos Novos dos Parecis, Sapezal, Sorriso e Querência do Norte.

Nestes municípios há uma diferença considerável nas respectivas colocações em ambos os *rankings*. Por outro lado, os municípios Nova Mutum, Diamantino, Campo Verde, Lucas do Rio Verde, Brasnorte, Canarana, Itiquira, e Feliz Natal são os obtiveram colocações muito próximas quando comparados os seus respectivos posicionamentos em ambos os *rankings*. Por fim respondendo a problemática da pesquisa, o resultado mostrou que não há, na maioria dos municípios, uma relação entre a gestão municipal com base nos índices contábeis e a riqueza gerada pelos municípios mato-grossense, conforme a classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No entanto, ressalta-se que os resultados obtidos por esta pesquisa se limitam a representar o *ranking* da gestão municipal somente dos municípios participantes da pesquisa com base no exercício social de 2020, como também, a aplicação de apenas estes indicadores extraídos das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público evidenciadas nos respectivos portais de transparência dos municípios.

Logo, esta pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão e aprofundamento das demonstrações contábeis, assim como verificar o desempenho para avaliar a gestão municipal e a relação com as empresas do agronegócio. Como sugestão para as próximas pesquisas, é interessante verificar na prática o que os gestores destes municípios estão oferecendo aos empresários do agronegócio que contribuem para a geração das riquezas mostradas e se às mesmas possuem um planejamento estratégico no trato do assunto.

REFERÊNCIAS

AITCHISON, J. **The statistical analysis of compositional data**. Chapman & Hall, 1986.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2 ed. rev. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARRUDA, Daniel G.; PAIXAO, Inaldo S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. Atual a Constituição Federal, Lei no 4.320/64, LRF e Portarias da SOF/STN-MCASP. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

BOSCH, R. **Os desafios do agronegócio**. Disponível em: <<https://www.bosch.com.br/noticias-e-historias/agronegocio/os-desafios-do-agonegocio/>>. Acesso em 10 jan 2023.

BRASIL. **Lei complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Lei nº 4.320. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agronegócio brasileiro: os municípios mais ricos do agronegócio**. Brasília, DF: Mapa, 2022.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://astecna.com.br/wp-content/uploads/2022/01/doc-ministeriodaagricultura-municipiosmaisricosdoagro.pdf>. Acesso em: 29 jan 2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

JOHNSON, D. F. **Applied multivariate statistical analysis**. 3. Ed. London: Prentice Hall, 1992.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LANDIM, P.M.B. (2000) **Análise estatística de dados geológicos multivariados**. Lab. Geomatemática, DGA, IGCE, UNESP/Rio Claro, Texto Didático 03, 128 pp. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60476/1/2009_art_jevbernardi.pdf> . Acesso em: 10 jan.2023.

LOESCH, Cláudio; HOELTGEBAUM, Marianne. **Métodos estatísticos multivariados aplicados à economia de empresas**. Blumenau: Nova Letra, 2005.

LOPES, Luis Felipe Dias. **Análise de componentes principais aplicada à confiabilidade de sistemas complexos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

MARTINELLI, Rodrigo Macedo. **Orçamento Público**: Um estudo de caso da Prefeitura do Município de Barretos/SP. Monografia (Administração Pública). Universidade de Brasília UnB, Brasília/DF, 2015. Disponível em: http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/13857/1/2015_RodrigoMacedoMartinelli.pdf Acesso em: 17 jan. 2023.

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

MAXIMIANO, Antonio Cesar, A.; NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão Pública**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

MAROZINI, Romildo de Oliveira; OLINQUEVITCH, Armando de. HEIN, Nelson. Seleção de índices na análise de balanços: uma aplicação da técnica estatística ACP. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, n 41, p. 87-99, mai/ago 2006.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada à Administração Pública**. 16. ed. Brasília: Vestcon, 2005.

MOURA, V. **Mato Grosso lidera produção agropecuária brasileira por 4 anos consecutivos**. Disponível: <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/18778693-mato-grosso-lidera-producao-agropecuaria-brasileira-por-4-anos-consecutivos> >. Acesso em: 28jan.2023

NASCIMENTO, Edson R. **Gestão pública**. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.

OLIVEIRA, Saulo Barbará. **Instrumentos de gestão pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

PEREIRA, Graziela de Fátima; TEDDO, Luiz Flávio Porfírio. **Demonstrações contábeis do setor público à luz das normas internacionais e suas perspectivas para o gestor público**. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, v. 49, n. 14, p.4-14, jan. 2013.

PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública**. 14 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

O QUE É? **Portal do agronegócio**. Disponível em:< <https://www.portaldoagronegocio.com.br/agronegocio/o-que-e>> Acesso em: 28 jan. 2023.

RAMOS, L. S. **Classificação hierárquica dos municípios paranaenses segundo o grau de desenvolvimento socioeconômico**. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2004.

SOUZA, Ailton F. **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**. 1 ed. São Paulo: Editora Trevisan, 2015.

STN. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 8.ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação. 2019. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26> >. Acesso em: 10 jan. 2023.